Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Apreciando as propostas de Plano e Orçamento para 2013 e as Orientações de Médio Prazo para o próximo quadriénio, no domínio das **Obras Públicas**, o Governo informa-nos, que 2013 será um ano de menor investimento público, que a prioridade é dar continuidade às obras que estão em curso, e à realização de pequenas intervenções de manutenção e conservação.

O Governo diz que o ciclo da construção das grandes infraestruturas e estruturas públicas está no fim.

Diz que os compromissos eleitorais do Partido Socialista são para cumprir nesta legislatura.

Como é nossa obrigação, não deixaremos de estar atentos e vigilantes ao seu cumprimento.

O PSD/Açores não será um entrave a este Governo Regional. Bem pelo contrário. Vamos estar atentos para ver se cumpre com o que prometeu aos açorianos nas últimas eleições regionais.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Num cenário de menor disponibilidade de recursos financeiros, acreditamos que os fundos comunitários, para o período 2014-2020, serão a única alternativa para criar um horizonte de esperança, no crescimento económico, na dinamização do sector empresarial regional, no combate ao desemprego, na correção de assimetrias dentro da Região, na melhor, mais eficaz e mais justa repartição de recursos por todas as nossas ilhas e Concelhos dos Açores.

Alertamos assim, para a necessidade de se apostar, doravante, mais em investimentos reprodutivos.

É importante não continuar a fazer despesa pública simulando que se faz investimento público.

É urgente, colocar um travão a fundo, no desperdício de dinheiros públicos por parte da administração regional e de todas as entidades públicas ou privadas que utilizam dinheiro público.

É tempo do governo ser mais prudente na utilização dos dinheiros públicos e também de exigir a mesma prudência às entidades de quem é parceiro e financia direta ou indiretamente.

Os erros e exageros de ontem, nomeadamente no sobredimensionamento de muitas estruturas físicas que se construíram por toda a Região, oferecem-nos hoje um leque de dificuldades que se traduzem numa pesada fatura que tem de ser paga em encargos correntes e de gestão, que comprometem o nosso futuro coletivo.

A par de tudo isto, temos as derrapagens financeiras de várias obras públicas, construídas ao longo dos últimos anos, que somam milhões e milhões de euros. Este dinheiro poderia ter sido aplicado em algumas das nossas ilhas e contribuído assim para o seu desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações. Se tal tivesse acontecido, não teríamos hoje, certamente, uma Região tão assimétrica em matéria de desenvolvimento e de progresso socioeconómico, como são hoje os nossos Açores.

Por exemplo, os 8 milhões de euros gastos a mais na Escola de Ponta Garça, agora denunciados pelo Tribunal de Contas, para além dos contornos escandalosos que envolvem, poderiam ser o necessário para construir uma nova Escola Profissional no Pico, que o Governo sempre tem negado, mas que é importante para a ilha e para a Região.

Pior do que a falta de recursos é a sua má utilização e a sua má repartição!

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A situação de emergência económica e social hoje vivida nos Açores, exige da administração regional outro rigor, outra responsabilidade na gestão do erário público.

É por isso que acompanhamos algumas, que consideramos boas intenções da nova tutela das Obras Públicas, nomeadamente a Carta das Obras Públicas e o Catálogo de materiais endógenos. Estes são sinais positivos aliados à preocupação em reduzir custos de contexto no domínio da construção civil, o que pode ser bom para as empresas e para os privados do setor imobiliário.

As empresas regionais precisam de ser "resgatadas" das profundas dificuldades em que se encontram. Elas são o ativo mais importante para travar ou debelar esse grande flagelo social que hoje se vive nos Açores que é o **desemprego.**

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

No domínio das políticas sociais, a Habitação assume especial importância.

Durante alguns anos, assistimos a uma desenfreada dinâmica na construção de fogos para habitação social. Foram os Poderes Regionais e Locais, por iniciativa própria ou em parceria com os privados, a mais uma vez, exagerar perante aquilo que a realidade exigia. Hoje, muitos destes fogos construídos com o dinheiro público, estão devolutos, o que se revela perfeitamente incompreensível e inadmissível.

A estratégia agora parece ser a de reabilitar edifícios em detrimento de novas construções. Será aproveitar o edificado existente para apostar mais na política do arrendamento social e no regime da renda apoiada e, sempre que possível, passar-se da renda apoiada para a propriedade resolúvel. Esta é uma orientação que acompanhamos politicamente.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

As intenções do novo Governo, expressas nos documentos que hoje aqui analisamos, falam-nos muito, e de modo transversal, em todas as áreas da governação, em reformar e requalificar políticas. Eis a confissão clara, aqui trazida pelo próprio governo, de que ao longo destes anos de governação socialista nos Açores muitas políticas foram erradas e muitas outras mal executadas.

Com tanto dinheiro que houve à disposição dos Governos Regionais socialistas em 16 anos de governação, se tivéssemos tido políticas mais assertivas, não teríamos, certamente, manchetes de jornais a lembrarem-nos que há crianças nos Açores a passarem fome e que o número de açorianos que engrossam as filas do desemprego não pára de crescer.

Mas há que olhar em frente. E o PSD/Açores não vai ser um estorvo entre a governação do PS e os açorianos. Vamos, isso sim, estar atentos à

aplicação dos dinheiros públicos para termos a certeza que eles são bem aplicados, na procura das melhores soluções para os açorianos.

O único desígnio que nos deve mobilizar a todos e em qualquer circunstância deverá ser sempre: servir os açorianos!

Disse.